GRANDE DEMAIS PARA QUEBRAR?[1] UMA NOTA GEOECONÔMICA SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

TOO BIG TO FAIL? A GEOECONOMIC NOTE ABOUT THE BRAZILIAN DEINDUSTRIALIZATION

¿DEMASIADO GRANDE PARA ROMPER? UNA NOTA GEOECONÓMICA SOBRE LA DESDUSTRIALIZACIÓN BRASILEÑA

Cristovão Henrique Ribeiro da Silva
Doutor em Geografia Econômica pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
E-mail: - cristovamhenrique7@gmail.com

RESUMO

Este artigo é parte de uma discussão sobre a desindustrialização brasileira já realizada há alguns anos no campo das ciências econômicas, e, por outro lado, ainda prematuro na geografia econômica ou na geoeconomia. A supervalorização dos preços das *commodities* durante a primeira década do século XXI deu impulso para o desenvolvimento econômico e produtivo brasileiro. Entretanto, após a crise econômica de 2008 nos EUA, e seus efeitos no tabuleiro econômico global fez com que houvesse um arrefecimento dos índices de preços no mercado dos produtos que o Brasil tradicionalmente exporta, sobretudo a partir de 2011, o que fundamentou, em parte, os baixos resultados da economia brasileira na segunda metade da década de 2010. De modo geral, as duas décadas iniciais do século, do ponto de vista geopolítico e geoeconômico, têm sido conturbadas para o Brasil, e, nesse caminho a desindustrialização tornou-se uma característica pouco debatida na análise da crise do ponto de vista da geografia. Portanto, temos neste texto o objetivo compreender a desindustrialização brasileira do ponto de vista geoeconômico e cooperar no entendimento do efeito das políticas econômicas nos territórios e, evidentemente no desenvolvimento regional do país, sobretudo, em tempos de crise.

Palavras Chave: Geoeconomia, Geografia Econômica, Desindustrialização

[1] Referência ao livro "Too big to fail: The Inside Story of How Wall Street and Washington Fought to Save the Financial System - and Themselves " - "Grande demais para quebrar: Como Wall Street e Washington lutou para salvar o Sistema financeiro e eles mesmos", em tradução livre, de Adrew Ross Sorkin de 2009. Evidente fizemos aqui um paralelo entre o tamanho continental do Brasil e sua economia que teve seu ponto alto, após a redemocratização de 1988, no período de 2006-2010, conhecido como milagrinho econômico.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

ABSTRACT

This article is part of a discussion about Brazilian deindustrialization already carried out some years ago in the field of economic sciences, and, on the other hand, still premature in economic geography or geoeconomics. The overvaluation of commodity prices during the first decade of the 21st century gave impetus to brazilian economic and productive development. However, after the 2008 economic crisis in the US, and its effects on the global economic tray, there was a slowdown in price indices in the market for products that Brazil traditionally exports, especially from 2011, which was partly based. , the low results of the brazilian economy in the second half of the 2010s. In general, the first two decades of the century, from the geopolitical and geoeconomic point of view, have been troubled for Brazil, and in this way deindustrialization became a feature little discussed in the analysis of the crisis from the point of view of geography. Therefore, this paper aims to understand the brazilian deindustrialization from the geoeconomic point of view and to cooperate in understanding the effect of economic policies on the territories and, of course, in the country's regional development, especially in times of crisis.

Keywords: Geoeconomics, Economic Geography, Deindustrialization

RESUMEN

Este artículo es parte de una discusión sobre la desindustrialización brasileña que se llevó a cabo hace algunos años en el campo de las ciencias económicas y, por otro lado, todavía es prematuro en Geografía Económica o Geoeconomía. La sobrevaluación de los precios de los productos básicos durante la primera década del siglo XXI impulsó el desarrollo económico y productivo brasileño. Sin embargo, después de la crisis económica de 2008 en los EE. UU., Y sus efectos en la bandeja económica mundial, hubo una desaceleración en los índices de precios en el mercado de productos que Brasil exporta tradicionalmente, especialmente desde 2011, que se basó en parte, los bajos resultados de la economía brasileña en la segunda mitad de la década de 2010. En general, las dos primeras décadas del siglo, desde el punto de vista geopolítico y geoeconómico, han sido problemáticas para Brasil, y de esta manera la desindustrialización se convirtió en una característica poco discutida en el análisis de la crisis desde el punto de vista de la geografía. Por lo tanto, este documento tiene como objetivo comprender la desindustrialización brasileña desde el punto de vista geoeconómico y cooperar para comprender el efecto de las políticas económicas en los territorios y, por supuesto, en el desarrollo regional del país, especialmente en tiempos de crisis

Palabras clave: Geoeconomía, Geografía económica, Desindustrialización.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma discussão sobre a desindustrialização brasileira já realizada há alguns anos no campo das ciências econômicas, e, por outro lado, ainda prematuro na geografia econômica ou na geoeconomia. A supervalorização dos preços das *commodities* durante a primeira década do século XXI deu impulso para o desenvolvimento econômico e produtivo brasileiro. Entretanto, após a crise econômica de 2008 nos EUA, a consequente pulverização dos seus efeitos na escala global fez com que houvesse um arrefecimento dos índices de preços no mercado internacional, sobretudo a partir de 2011, fundamentando em parte, os baixos resultados da economia brasileira na segunda metade da década de 2010.

Em 2008, se no plano internacional a recessão econômica era algo dado, no plano doméstico as medidas anticíclicas adotadas pelo do governo de Luis Inácio Lula da Silva entre os anos (2009-2010), funcionaram para reter o efeito da crise econômica global. Podemos elencar algumas delas como a expansão dos investimentos públicos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, isenções fiscais para os setores produtivos e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (DE TONI, 2013).

Essas políticas estimularam o setor de construção civil com uma consequente redução da taxa de desemprego durante os anos mais duros da crise internacional. Para somar a esse contexto, o governo Lula (2003-2010) ficou marcado com a redução de desigualdades sociais e regionais associada a recuperação do crescimento econômico. Esses fatores juntos deram, em 2010, a chancela para que Lula elegesse sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2014).

Com Dilma Rousseff (2011-2014) a rota do novo-desenvolvimentismo[2] foi recalculada. A desindustrialização[3] entendida, em tese, como a queda da participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto - PIB, começou a tomar espaço nos debates da agenda da política econômica. Por isso, na tentativa de recuperar a atividade manufatureira do país, o governo federal incorporou as medidas econômicas exigidas pelo empresariado brasileiro.

Medidas que foram intituladas pela economista Laura Carvalho (2018), de *Agenda Fiesp* – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e, ficaram caracterizadas como: redução

[2] Para efeitos explicativos, já que não há a pretensão de fazer um debate conceitual sobre Estado neodesenvolvimentista aqui. Concordamos com os apontamentos de Bresser-Pereira (2012), que advoga que o neodesenvolvimentismo não se apresenta enquanto uma teoria econômica e, sim, como uma estratégia nacional de desenvolvimento em que a parceria público-privada pode estabelecer novos marcos regulatórios institucionais e promover o desenvolvimento econômico. Outras contribuições acerca do neodesenvolvimentismo podem ser encontradas em Bresser-Pereira (2004a; 2011;)

[3] Até hoje (2018) no debate acadêmico não se tem um consenso sobre quais seriam os índices de desindustrialização. Sobre esse tema, o livro O futuro da indústria no Brasil: Desindustrialização em debate (BACHA; BOLLE, 2013) aborda os vários aspectos da desindustrialização brasileira contemporânea.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

da taxa de juros, desvalorização do Real frente ao Dólar, controle das tarifas de energia e combustível e, ainda, uma espécie lucro subsidiado das corporações do parque industrial brasileiro, já que o governo buscou estimular a atividade econômica com desonerações e incentivos fiscais. De modo geral, foi um pacote que, do ponto de vista desenvolvimentista, e a longo prazo, não recuperaram em nada a capacidade produtiva do país.

Ainda assim, em 2014, Dilma Rousseff foi eleita mesmo com baixas taxas de crescimento durante seu mandato, média de 3,5% entre 2011-2014. A economia internacional, também não foi bem no período marcada com a instabilidade dos preços das *commodities* que ainda continuava na casa dos -7% de queda ao ano (MCKINSEY, 2014). A título de curiosidade, se compararmos o período 2006-2010, com o período do primeiro governo Dilma, os preços das *commodities* caíram -167% no período, segundo o relatório do Instituto Mckinsey (2014). Nesse cenário adverso do ponto de vista econômico Dilma assume o governo, em 2015, com uma agenda continuísta, com o impasse da escalada da dívida pública e, claro, reduzido investimento público.

Com o déficit fiscal nas contas públicas, a atividade industrial em queda, preços das *commodities* no mercado internacional também em patamares baixos, o produto interno bruto brasileiro caiu vertiginosamente pavimentando uma grave crise econômica no país. O Brasil verificou seus anos mais críticos entre (2015/2016) com a retração de -3,6% do PIB segundo o IBGE (2016).

Na análise, os dados do IBGE o país fechou aquele biênio (2015-2016), com queda do PIB de -3,6%, fechando na marca de R$ 6,3 trilhões a preços correntes, o encolhimento foi verificado em todos os setores da economia brasileira, que recuaram em média -3%, na agropecuária foi (-6,6%), na indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%).

Estamos aqui falando da economia brasileira que já marcou crescimento de 7,5%, em 2010 e, em 2015-2016, amargou um decréscimo histórico. Para termos uma ideia do tombo, a última vez que se tem registro de uma recessão do PIB dessa magnitude foi em 1930-1931, cuja economia brasileira era pautada na produção e extração de uma única e exclusiva *commodity* o café e a crise de 1929, também nos EUA, fez com que na década de 1930, o Brasil apresentasse o recuo de -2,1%, em 1930, e -3,3% em 1931.[4]

Com o país em sua maior crise econômica de sua história já instalada no setor privado, por outro lado, no setor público os déficits fiscais dos governos federal, estaduais e municipais começaram sua escalada. Portanto, tanto fatores internos e externos serviram

[4] É valido lembrar que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e o IBGE registram o crescimento do PIB brasileiro desde 1901.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

de trampolim para uma crise política, que teve seu ponto alto com o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016) em 2016. Uma ruptura institucional vendida como solução da recessão econômica que trouxe à mesa o governo de Michel Temer (2016-2018) e suas medidas de austeridade que os dois anos de governo parecem uma revisita aos anos 1990.

Todo esse quadro, pesa no debate sobre a desindustrialização do país evidentemente, já que indústria brasileira, em 2018, representa cerca de 11% na composição do PIB (IBGE, 2018). Por isso, existe assim, questões de sobremaneira políticas que interferiram nas estratégias geoeconômicas da indústria brasileira e a colocaram em xeque, uma vez que a retomada do crescimento econômico brasileiro parece muito mais lenta do que os receituários previram.

Enfim, nosso objetivo com este trabalho é de oferecer ao debate em torno das políticas econômicas, industrialização e desindustrialização brasileira, a contribuição da perspectiva geoeconômica para que possamos compreender os territórios e o desenvolvimento regional do país em um momento que nossa história efervesce nesse findar da segunda década dos anos 2000. Mas antes, para já retirar o tom de ineditismo da abordagem geoeconômica, faremos uma breve apresentação sobre a discussão conceitual no que tange a geoeconomia que servirá para nossa análise sobre a desindustrialização brasileira.

UMA NOVA ERA: A GEOECONOMICA

Antes de debater sobre desindustrialização brasileira, façamos um exercício para melhor compreensão do quarteto (Economia, Geografia, Geografia Econômica e Geoeconomia). Com o entendimento desse quadro ele nos auxiliará para o entendimento do que estamos chamando de abordagem geoeconômica mais à frente. Para marcar traços iniciais Economia é a ciência que dedica seus esforços teóricos e metodológicos para analisar a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços (FURTADO, 1959).

Já a Geografia é a ciência que dirige seu olhar para a distribuição das atividades humanas no espaço, sem aprofundar aqui no mérito do método da ciência geográfica, entendamos o espaço enquanto condicionante e meio das atividades humanas das relações de poder, materiais ou imateriais (SANTOS, 1996).

A Geografia econômica é uma subárea da geografia que estuda a produção, organização, distribuição, circulação e consumo das atividades produtivas do homem no espaço geográfico, suas articulações e contradições (TAYLOR, 1985). A última peça desse quebra cabeça, a Geoeconomia, apresenta-se como uma subárea da geografia econômica,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

ao lado da geopolítica, cujos traços emergem de uma condição estratégica, ou melhor, geoestratégica cujo Estados e corporações lançam de medidas econômicas para atingir objetivos geopolíticos.

O retorno a geoeconomia neste início de século está vinculado a concepção de capitalismo de Estado 2.0[5], isto é, a ação do Estado e suas geoestratégias de controle tático de territórios (REDIKER, 2015). Peguemos por exemplo a geração e distribuição de energia elétrica, nesse caso específico os interesses são de sobremaneira temas relacionados a soberania nacional, e, portanto, interferem nas relações internacionais entre países ou de uma sub-região.

Dito isso, o que queremos nessa proposta de tom capitular é evidenciar a dimensão geoeconômica das relações no espaço geográfico na atualidade, com olhos voltados para aspectos da desindustrialização brasileira e crise econômica.

Defendemos uma abordagem com um tom de capítulo, porque faz parte de um esforço teórico e metodológico mais amplo para identificar, nas decisões dos Estados nações e corporações, o conteúdo territorial que se torna decisivo e de domínio estratégico para atingir seus respectivos objetivos. Seja de soberania nacional, no caso dos Estados, ou, de liderança de mercado do ponto de vista das corporações.

Entendido o quarteto, podemos agora entender a geoeconomia em si. Mas cumpre lembrarmos de um aspecto relevante em relação a essa abordagem: de que não é uma área de atuação nova. No Brasil, a abordagem geoeconômica é prevista na Constituição Federal de 1988 para "[...] efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais [...]" (BRASIL, 2012, p. 43).

Por exemplo, as regiões geoeconômicas são adotadas em várias ocasiões e instituições do Brasil, como nos Sistemas Financeiros Brasileiros (SFB) regulamentados pela Lei nº 1.959/1982 (BRASIL, 1982). Ou a estrutura tributária da Lei Kandir que, além de incentivar as exportações de produtos primários e semimanufaturados, divide as compensações e direciona recursos tanto para o Fundo de Participação dos Estados quanto para os Municípios (FPE e FPM), carregam em seus procedimentos metodológicos a consideração das regiões geoeconômicas brasileiras.

[5] Expressão utilizada no texto "Geo-economics Seven Challenges to Globalization" por Douglas Rediker (2015) do Fórum Econômico Mundial (FMI) realizado pelo Conselho da Agenda Global sobre Geoeconomia. Realizado em 2015 fórum traçou quais os desafios das atuais tendências geoeconômicas da globalização (WEF, 2015).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Talvez o desconhecimento de tais abordagens geoeconômicas se deva ao fato de que geralmente são caracterizadas pela ação do Estado e das corporações e, portanto, a geoeconomia é pouco trabalhada nos bancos universitários. No campo acadêmico, os estudos da Geografia, como os de Bernardes (1964) Geiger (1964) Correa da Silva (1986) e mais recentes de Egler (1993; 2008; 2009a; 2009b) destacam essa compreensão das atividades produtivas no território com o foco geoeconômico. Timidamente, por meio de alguns ensaios já nos debruçamos sobre a temática no Brasil e no Mato Grosso do Sul em específico em Ribeiro Silva (2016a), e, esboçamos uma análise geoeconômica tendo como base empírica a América Latina em Ribeiro Silva (2017a).

Pois bem, para seguir em frente na apresentação da produção científica no Brasil, no que tange a geoeconomia, os estudos de regiões geoeconômicas do Brasil de Pedro Pinchas Geiger, é adotado até os dias de hoje (2019) pelo IBGE. Foi desenvolvido em 1964, dividindo o Brasil em três regiões geoeconômicas, a saber: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

Essa proposta de regionalização brasileira consiste em peculiaridades socioeconômicas. O Norte de Minas Gerais, por exemplo, faz parte do complexo regional nordestino, o extremo Sul do Mato Grosso pertence à região Centro-Sul e o restante do seu território faz parte da região da Amazônia, a porção Oeste do Maranhão integra-se à Amazônia, e o extremo Sul do Tocantins pertence à região Centro-Sul (GEIGER, 1964). De modo geral, essas são as características da geoeconomia no âmbito da Geografia acadêmica brasileira.

Na Economia, na virada do século XXI, economistas como Paul Krugman (1993;1995) Krugman e Obstfeld (2010), em suas análises, diante da ampliação do papel das transnacionais nos fluxos comerciais globais, passaram a intitular de "*new-geography*[6]", o acirramento das estratégias de desenvolvimento e inserção de mercados internacionais, desempenhadas pelos Estados e corporações, cujos territórios exercem papel fundamental.

Isto é, há um movimento entre os economistas que dá um novo significado as dimensões territoriais em tempos de globalização. Economia espacial, estratégia de mercado, espaço geopolítico são tratados como temas novos, ao menos no campo econômico. Por outro lado, na geografia, não há novidade alguma, uma vez que algumas análises de geógrafos planejadores, já tratam da geoeconomia global reflexão que podemos localizá-la na fronteira entre as duas ciências: Geografia e a Economia.

[6] Nova geografia (tradução livre do autor).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

E nesse campo das reflexões sobre geoeconomia, podemos destacar um importante aspecto teórico-metodológico: a geoeconomia não pode ser confundida com geopolítica, e uma não substitui a outra. Expliquemos, no cenário de reestruturação produtiva global, por exemplo, pode ser interpretado do ponto de vista geoeconômico, ao passo que as estratégias de mercados orquestradas pelas corporações se enquadram no domínio tático das redes de logística, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, capacidade produtiva, *market share*, Marketing territorial, Pesquisa e Desenvolvimento de produtos (P&D) estabelecidos em mercados regionais específicos.

Por outro lado, a geopolítica pode ser exemplificada utilizando as evidentes políticas de atuação dos Estados-nações, precisamente na consolidação de pactos de poder regionais, acesso a mercados estratégicos de fornecimento de insumos tecnológicos ou de matérias-primas, poder bélico, acordos bilaterais e soberania nacional. Logo, devemos compreender a existência dessas duas abordagens correlatas e indissociáveis na análise tanto das relações internacionais quanto da atuação das corporações transnacionais.

E não podemos deixar de citar as grandes teorias da geopolítica que reforçam e fundamento do pragmatismo que a geoeconomia detém. Listemos aqui para tom de explicação a Teoria do Espaço de Friedrich Ratzel (1844-1904); a Teoria da Força de Rudolf Kjellen (1864-1922); a Teoria da Pan Região de Karl Haushofer (1869-1946), a Teoria de Halford Mackinder (1861-1947) falando mais sobre *Heartland*; podemos incluir ainda a Teoria do Poder Mar de Alfred T. Mahan (1840-1914) são correntes teóricas que de modo geral servem de base para a construção de uma visão uma abordagem geoeconômica.

Para termos uma visão mais ampla sobre essa temática, a perspectiva de Deborah Cowen e Neil Smith (2009) em um recente artigo chamado *After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics*[7]é interessante à medida que traça uma análise dos novos nexos geopolíticos e geoeconômicos globais, compreendendo os fluxos comerciais internacionais, estremecidos depois da queda das torres gêmeas em 2001. Segundo os autores, podemos compreender a relação entre geopolítica e geoeconomia da forma que […] *"Where geopolitics can be understood as means of acquiring territory towards a goal of accumulating wealth,* ***geoeconomics reverses the procedure****, aiming directly at the accumulation of wealth through market control.* […] (COWEN E SMITH, 2009, p. 21, grifo nosso)[8].

[7] Depois da geopolítica? Da geopolítica social para geoeconomia (2009) (tradução livre do autor)

[8] [...]. Onde geopolítica pode ser entendida como os meios de aquisição de território para um objetivo de acumular riqueza, geoeconomia inverte a procedimento, visando diretamente para a acumulação de riqueza através do mercado ao controle. (Tradução Livre, do autor)

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Os geógrafos brasileiros conhecem a obra e o legado de Neil Smith, conhecido por seu livro *Desenvolvimento Desigual* (1988). Recentemente é reconhecido por sua concepção de geoeconomia, bem complexa, que envolve um jogo dialético com a geopolítica. Na qual o aspecto geoeconômico surge do domínio tático dos mercados e das redes produtivas sobre o território, selecionados pela ação do Estado e/ou das corporações. Diametralmente diferente da geopolítica, cujo empoderamento é necessário para acumulação da riqueza, especulação, poder bélico dentre outros fatores.

Nessa linha argumentativa, Egler (2009b) adverte sobre a análise das dinâmicas dos sistemas globais de produção ou cadeias produtivas globais do ponto de vista da geoeconomia, que não são restritos apenas às análises sobre a relação Estado e Mercado.

A própria degradação dos recursos naturais os desafios globais frente as mudanças climáticas, são temas que possuem em seu bojo uma abordagem geoeconômica. A exemplo disso o relatório *"Geo-economics Seven Challenges to Globalization"* do Fórum Econômico Mundial, realizado pelo Conselho da Agenda Global sobre Geoeconomia, que traçou quais seriam os principais desafios das tendências geoeconômicas da globalização (WEF, 2015).

Os resultados do relatório que reuniu pesquisadores de 20 países entre chefes de bancos centrais, ex-membros do conselho do Fundo Monetário Internacional, ex-Ministros de Finanças e de Relações Exteriores de países ricos e emergentes, chefes de firmas de consultoria multinacionais, altos executivos de bancos e ex-representante comercial dos EUA. E mostram um salto no tom competitivo no panorama global que revelou novas e genuínas relações de poder e governanças globais.

O relatório elenca assim os sete desafios geoeconômicos da globalização: 1) Guerra econômica protagonizadas pelos Estados Nações[9] 2) A geopolitização do comércio regional 3) Capitalismo de Estado 2.0 4) Concorrência por mercados fechados, não por recursos naturais 5) A sobrevivência do maior país e esvaziando a periferia 6). As alianças no/do setor de infraestrutura da China 7) Queda do preço do petróleo e das outras *commodities*. Não entraremos aqui no mérito de cada um destes desafios, por uma questão de foco desta narrativa, mas são esses temas que, no sistema internacional, possuem traços geoeconômicos explícitos e nos dão pistas do que acontecera com o Brasil nesse início de século.

Enfim, para finalizar essa seção salientemos um detalhe nesse debate sobre geoeconomia. Geralmente na Geografia brasileira, as leituras nem sempre atentas das obras de Milton

[9] O livro "War By Other Means" – "Guerra por outros meios" (2016) de Robert Blackwill o ex-Diplomata Americano (2001-2003) e Jennifer M. Harris conselheira e Professora de Relações Internacionais da Universidade de Harvard. Os autores debatem qual seria as estratégias dos Estados nações para estabelecer seu poder geopolítico por outros meios. Uma política de Estado geoeconômico que usa de meios econômicos para alcançar objetivos geopolíticos.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Santos resolvem classificar equivocadamente e, até por ignorância mesmo, qualquer aproximação da Geografia e Economia como economicismo vulgar. Uma espécie divórcio de matiz ideológico entre marxistas e capitalistas que não ajuda nem um pouco no debate sobre o aspecto territorial das políticas econômicas.

Esse divórcio, possui repercussões seríssimas, tanto na produção do conhecimento geográfico quanto na construção do pensamento social, geográfico e econômico brasileiro. É interessante aproximar as análises para contribuir com uma dimensão territorial dos processos econômicos, na qual as corporações exercem um controle tático dos territórios, já que o poder econômico é algo irremovível da realidade. Portanto, feito esse panorama teórico-metodológico que nos oferece pistas para a direção do debate desta proposta que consiste em apresentar, ainda que em uma nota, a geoeconomia da desindustrialização brasileira.

GEOECONOMIA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Para entender a conjuntura da recente geoeconomia industrial brasileira contemporânea é basilar fazermos o corte analítico que está na primeira década do século XXI. Este marco analítico, está na quebra do Banco *Leman Brothers*, em 2008, nos EUA, que contaminou todas as economias de industrialização completa, como Suíça, Suécia, Alemanha e França e cravou uma crise financeira de escala global.

No caso da indústria brasileira, como apresentamos na introdução deste trabalho, desde 2015, amarga uma crise econômica estrutural em decorrência de uma gama de fatores tantos de ordem político-econômica nacional quanto internacional.

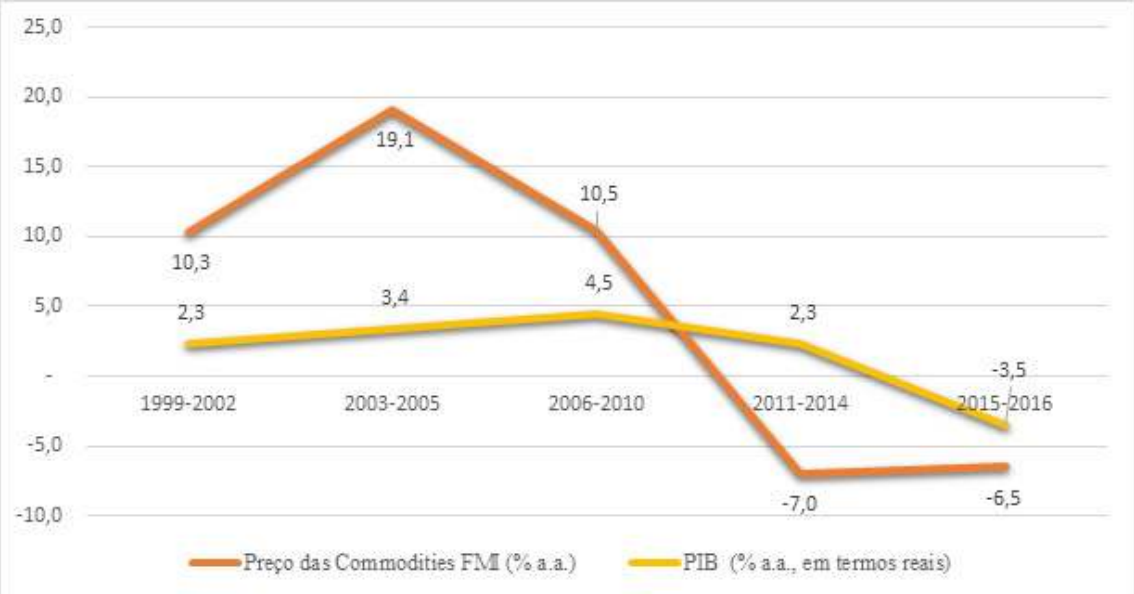
Até um pouco antes, 2012, os setores da economia brasileira sentiram o solavanco da queda dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, no mercado internacional, que eram fortemente vinculados a demanda de crescimento da economia chinesa. Uma composição geoeconômica global já que até então, após a crise nos EUA, a China passou a crescer 10% a.a, segundo o Fundo Monetário Internacional - FMI (2015).

A China marcada pela forte presença do Estado na economia com seus investimentos em infraestrutura e urbanização, movimentou o mercado internacional das *commodities* agrícolas e minerais. Entretanto, a partir de 2012, o ritmo do crescimento econômico chinês entrou em desaceleração, em virtude da inesperada recuperação da economia dos EUA, e com a redução da demanda chinesa, sentir o efeito dominó na economia brasileira, e, inclusive em economias de outros países emergentes foi apenas uma questão de tempo tal como mostra a figura 1.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Lembremos da seção anterior, do ponto de vista geoeconômico, as *commodities*, sobretudo, as intensivas em recursos naturais como petróleo, minério de ferro, manganês possuem tônicas de tratamento diferenciadas pelos Estados Nações. Como explicamos antes, por vezes essas *commodities* são consideradas estratégicas e soberanas para o Estado, como o petróleo por exemplo, que é intimamente ligada a instabilidades político-econômicas, interna de cada país, que podem variar inclusive, mas mantém o perfil da riqueza e bem nacional.

Figura: 1 Preço das commodities e Produto Interno Bruto nos períodos (1999-2016)



Fonte: *FMI, Primary commodities index; IBGE, contas nacionais e trimestrais; Pesquisa nacional por amostra de domicílios; Carvalho (2018).*

De qualquer forma, na geoeconomia global a ascensão e queda da demanda chinesa por *commodities* nos ajuda a compreender o que aconteceu com a economia brasileira no período (2006-2010), que ficou intitulado de *milagrinho*[10] pelo economista Edmar Bacha (2013). Inclusive, ao nosso ver, cunhou na agenda da política econômica brasileira o mito de *grande demais para quebrar.* Esse período de bonança advinda dos preços elevados dos produtos primários no mercado internacional não foi suficiente para que elevasse a participação da indústria na composição do produto interno bruto do país.

A política industrial do governo Lula (2003-2010) foi transformada em um *Frankenstein* anticíclico, sob o comando de Dilma Rousseff (2011-2014), que conseguiu ter passos na direção correta, apenas nas cadeias produtivas globais de *commodities*.

[10] Referência a um período de crescimento econômico elevado durante o Regime Militar no Brasil, entre 1969 e 1973. Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. (CORONEL, 2010)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Funcionando muito bem, ou não, até a deflagração da Operação Lava Jato, em 2014, que colocou uma marcha ré nos investimentos públicos nos setores que foram elencados como estratégicos, uma vez que revelou os escândalos de corrupção na Petrobras e demais corporações que até então eram o *target* da política industrial dos governos petistas.

Pois então a escalada da Lava Jato acertou em cheio as cadeias produtivas que detinham alto poder de encadeamento no país inteiro e no exterior. Para termos uma ideia, no período de 2014-2015, quando os processos de exportação de serviços de engenharia brasileiros foram colocados em marcha lenta em decorrência das investigações da Operação Lava Jato[11], as corporações de serviços de engenharia chinesas, sob o mesmo modelo de intervenção estatal cujo BNDES financiava, conseguiram sete dos oito contratos de construção de usinas hidrelétricas no Equador.

Ou seja, o contexto que já era árido para a atividade industrial brasileira, tenderia a ficar mais nublado com a neutralização dos investimentos, em decorrência das investigações e escândalos de corrupção.

Aqui podemos identificar um aspecto geoeconômico que falamos na seção anterior. Do ponto de vista do investimento externo ou interno, protagonizado pelo BNDES, a China, já que os investimentos brasileiros estavam em baixa, passou a ocupou o lugar que o Brasil detinha há alguns anos lideranças consolidadas em serviços de engenharia na América Latina. Se plano internacional ocorreu esse encolhimento da posição geoeconômica do Brasil, no plano doméstico, a desindustrialização deixa de ser um debate de escanteio nas universidades e toma posição central.

Analisemos melhor os dados específicos da indústria com base nos dados da produção anual industrial de 2017. Em 2016, a produção da indústria geral do Brasil apresentou um decréscimo de (-6,6%). Mesmo com decréscimo menor do que o ano anterior, a queda na atividade industrial foi verificada em todos os setores da economia.

[11] A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, desde 2014, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Vale lembrar que, a época da redação deste artigo, não era de conhecimento público das mensagens entre Juízes e Procuradores do Ministério Público Federal. Entretanto, o impacto da operação Lava Jato na atividade industrial brasileira ainda carece de análise, já que as principais empresas envolvidas eram estratégicas nas cadeias produtivas das commodities brasileiras, e, também, no setor de construção civil, inclusive levando várias à recuperação judicial. Há de entender que, nesse processo de combate à corrupção no Brasil, marco atribuído a Operação Lava Jato, não se respeitou as corporações, no sentido de punir apenas os dirigentes, como evidencia a experiência internacional, pelo contrário, houve em meio a conduções coercitivas, prisões preventivas dentre outros excessos um total desmonte das principais empresas públicas e privadas do país.

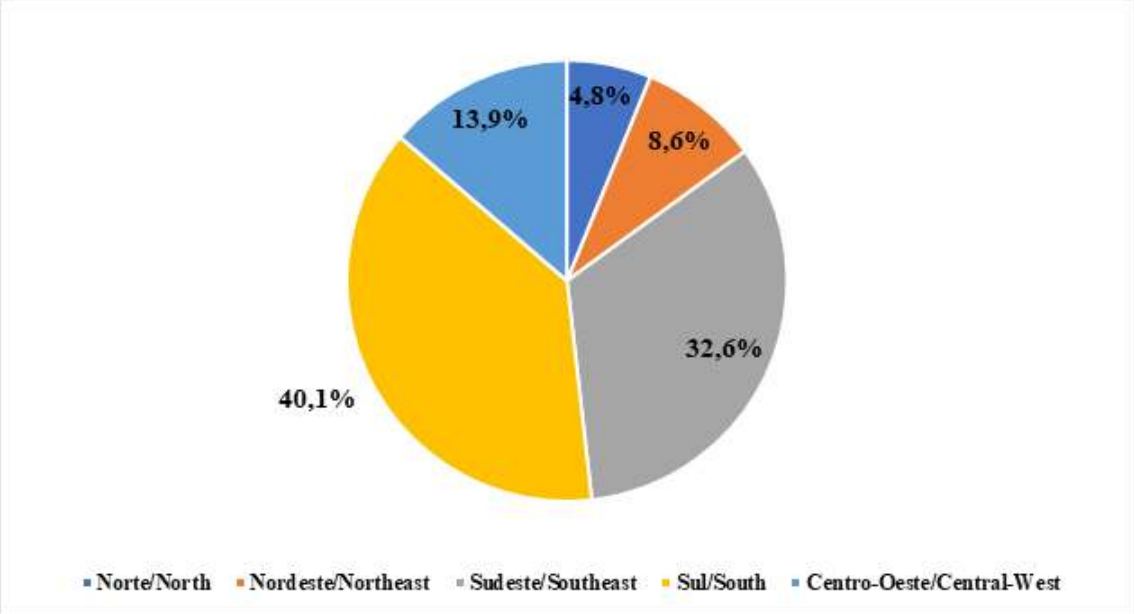
Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Podemos citar os setores de impressão e gravações (-8,9%), têxtil (-4,5%), confecção de artigos de vestuário (-5,8%), produtos do fumo (-25,6%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-14,8%), máquinas e equipamentos (-11,8%), como aqueles setores cuja crise econômica abalou de modo mais estrutural, abalo este, que inclusive pôde ser identificado com a queda do consumo de energia elétrica do setor industrial brasileiro.

Nos setores de impressão e gravações (-8,9%), têxtil (-4,5%), confecção de artigos de vestuário (-5,8%), produtos do fumo (-25,6%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-14,8%), máquinas e equipamentos (-11,8%), como aqueles setores cuja crise econômica abalou de modo mais estrutural, abalo esse, que inclusive pôde ser identificado com a redução do consumo de energia elétrica do setor industrial brasileiro (IBGE, 2017c).

A exceção à regra, do contexto de patinagem da economia brasileira, pôde ser notada em dois setores: o alimentício e o de celulose e papel. O primeiro cresceu (2,1%), em 2016, e o segundo apresentou crescimento de 2,5%. Esse destaque do setor de produção de celulose é decorrência da competitividade do setor no mercado nacional e internacional consolidou um crescimento, em 2015, em todas as maiores macrorregiões geoeconômicas brasileiras. Embora as maiores regiões com produção da extração vegetal e da silvicultura fiquem sob a responsabilidade do Sul do país (40%), seguido do Sudeste (32,6%), Centro-Oeste (13,9%), Nordeste (8,6%) e Norte com (4,8%) (Figura 2).

Figura 2: Área total existente em 31.12 dos efetivos da silvicultura, por Grandes Regiões - 2015



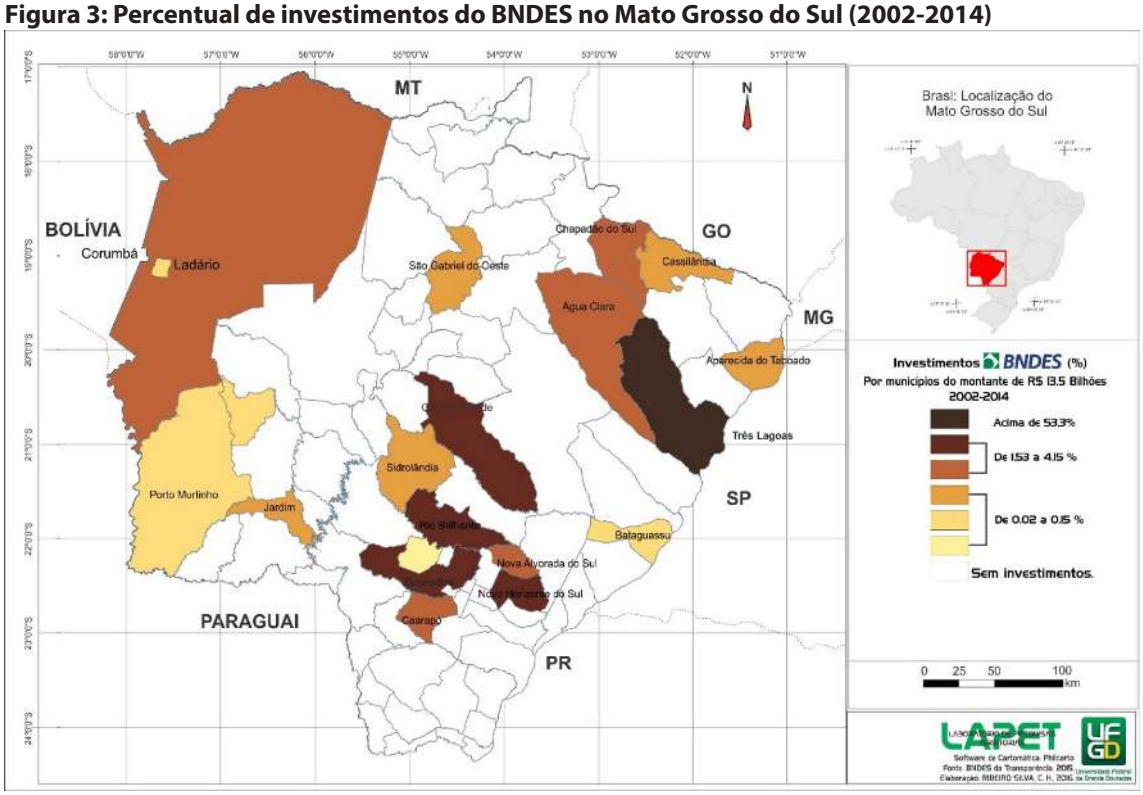
Fonte: *IBGE, 2015.*

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Na análise geoeconômica, o Centro-Oeste Brasileiro, os investimentos de base florestal fomentam o desenvolvimento regional com seus vetores voltados para a demanda externa, sobretudo, os mercados europeus e asiáticos. Vale lembrar que de todas as *commodities* que registraram o descarrilamento dos preços, a celulose, foi o único produto que se manteve com preços acima média da fase do pré-superciclo de preços das *commodities* (2002-2011).

Números resultantes da demanda europeia e asiática a exemplo desse contexto fora da curva da economia brasileira, dois projetos de base florestal que deixam patente a competitividade do setor no interior do Brasil, representados pela Fibria S/A e Eldorado Brasil S/A, juntas formam o maior complexo de produção de celulose do mundo no município de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul.

Figura 3: Percentual de investimentos do BNDES no Mato Grosso do Sul (2002-2014)



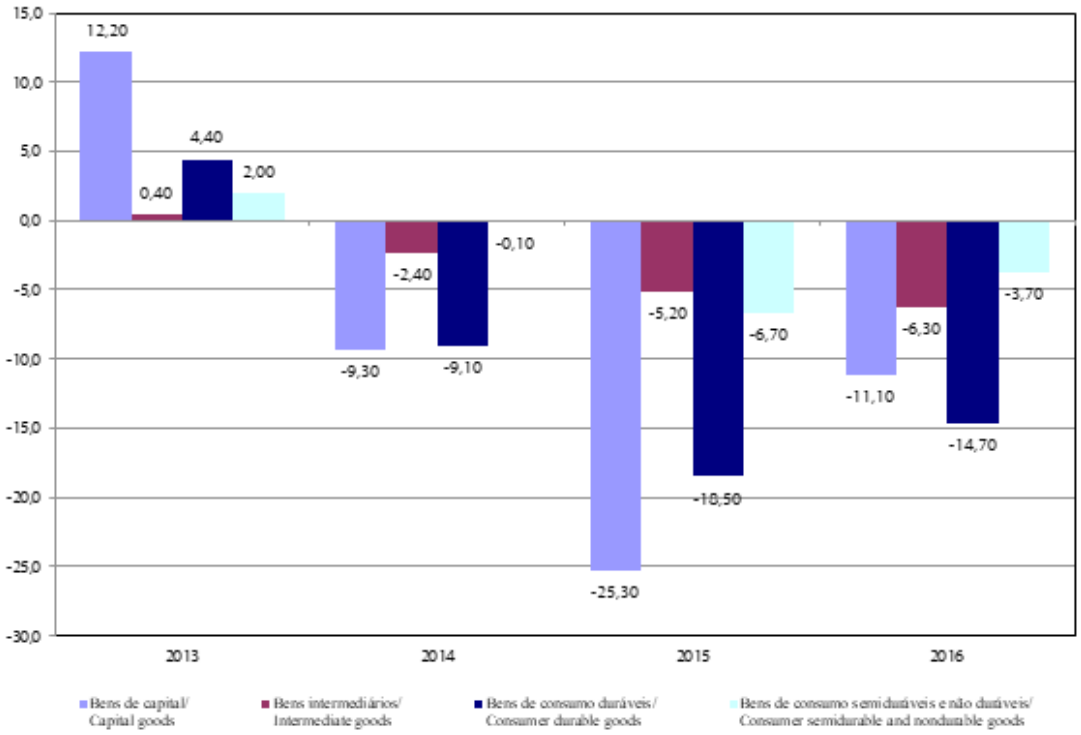
Por exemplo, a produção de celulose no Brasil, entre 2012-2016, cresceu em média (8% a.a.), 13 milhões de toneladas de celulose branqueada de papel foram produzidas em 2012, e, em 2016 esse número chega a 18,7 milhões de toneladas (IBGE, 2017b). Esse dado possui um contraste significativo quando comparado com a produção de automóveis no Brasil, em 2012, 2,6 milhões de carros foram produzidos, de 2014 em diante a queda da atividade da indústria automobilística foi em média (-19%), 2014 com 2,5 milhões, 2015 com 2 milhões de unidades, e, 2016 com os 1,7 milhões de unidades produzidas, fazendo o

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Brasil cair no ranking de produção de automóveis de passageiros painel produtivo global, que em 2012 era de 7º, em 2017, passou a ser o 10º atrás da capacidade produtiva do México[12].

A exemplo dessas quedas, outro lado da atividade produtiva brasileira, se verificarmos as taxas anuais de crescimento da produção industrial, divido pelas grandes categorias econômicas, no triênio 2013-2016, fica evidente o contexto crítico que a indústria brasileira como um todo perpassa. Em 2013, a produção de bens capital rondava a casa dos (12,2%) e seguiu em queda em 2014 com (-9,30%), e, 2015 com a derrocada de (-25,30) de queda na produção industrial de bens de capital como vemos na figura 4.

Figura 4: Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas - 2013-2016



Fonte: *IBGE, 2017*

Em segundo lugar outra categoria econômica que sentiu a marcha ré na economia brasileira, foi o de bens de consumo duráveis, a categoria, entre 2013-2016, apresentou o decréscimo de (-9,48%), em média, com o seu pior ano em 2015, cujos índices ficaram na marca de (-18,50%).

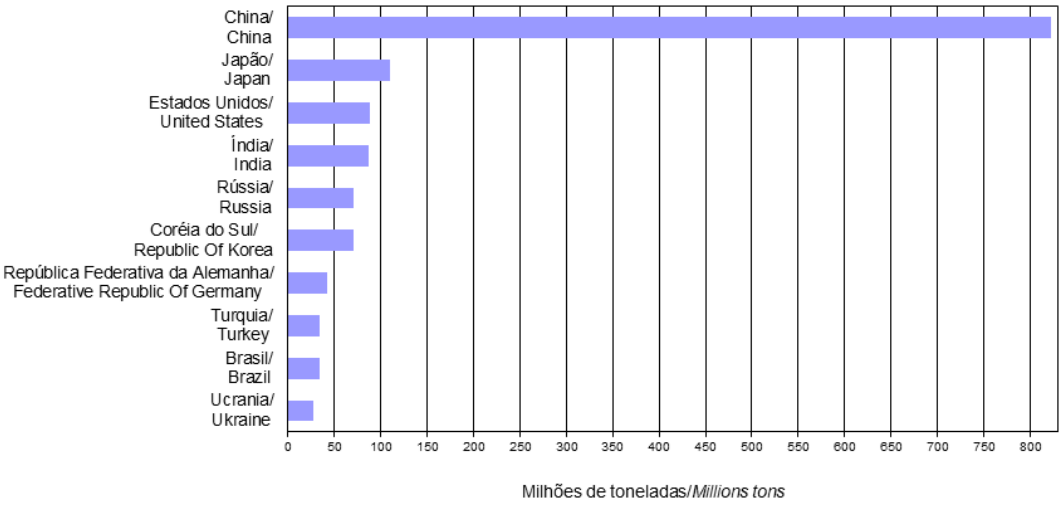
[12] Dados do IBGE (2017)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

Com os setores industriais operando no vermelho no Brasil, tal como dissemos no início, tanto por circunstâncias políticas e econômicas, no período 2013-2016, os dados mostram que desde 2011, ano que marca o arrefecimento do superciclo das *commodities*, o Brasil já mostrava sinais de decréscimo na produção se nos atermos ao panorama global da produção de aço.

O mercado internacional a participação na composição total da produção desde 2011, é chinesa seguida do Japão, Estados Unidos, India e Rússia. O Brasil apresentou queda na produção de 1,05 de milhões de toneladas, saindo de 35,2 milhões de toneladas em 2011, para 33,3 milhões de toneladas (Figura 5). No caso Brasileiro, a recessão econômica pesa nesse cenário de produção do aço uma vez que a construção civil apresentou baixos índices de crescimento afetando diretamente a produção, bem como outros fatores que contam como pedra angulares na análise dos dados decrescentes da siderurgia. Serve de exemplo o traço característico da divisão internacional do trabalho manifestadas na competitividade do setor siderúrgico de alguns países como a China e Japão, por isso, há uma questão regional e geoeconômico da produção de aço no mundo.

Figura 5: Produção de aço, por países selecionados - 2014

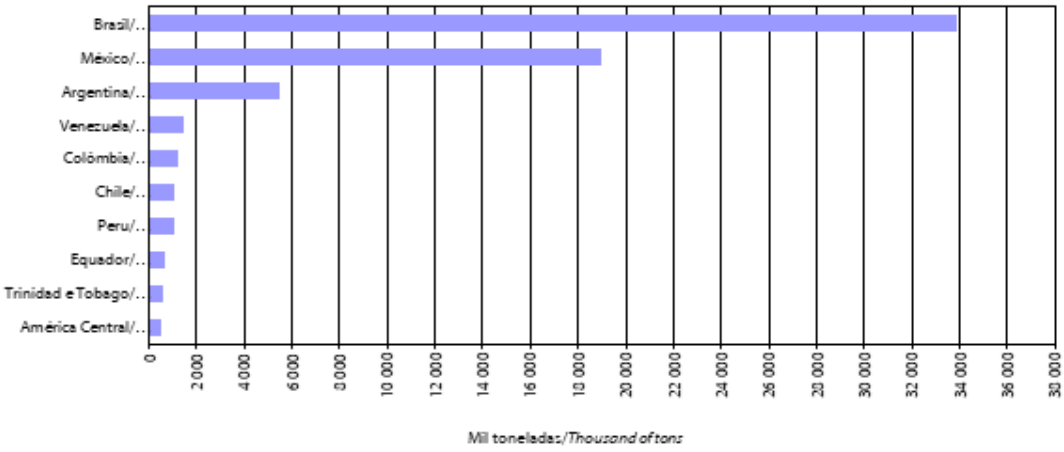


Fonte: *Instituto Aço Brasil, Departamento de Economia, 2017.*

Tanto é que, se analisarmos a produção da *commodity* aço, na América Latina, a liderança na produção fica com Brasil, mesmo diante das quedas vertiginosas desde 2012, com os 33,3 milhões/toneladas, ficam a frente (50%) a mais do que a produção do México, e acima dos (70%) em relação a países como Argentina, Venezuela, Colômbia (Figura 6).

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Figura 6: Produção de aço, da América Latina - 2014



Fonte: *Instituto Aço Brasil, Departamento de Economia, 2017.*

Retomando a escala Brasil na análise, entretanto ainda no debate sobre o tema indústria, a concentração da atividade industrial brasileira nas regiões Sudeste e Sul revela um importante polo regional geoeconômico do país que possui papel medular nas atividades produtivas.

De acordo com os dados do (IBGE, 2017a), sobre a produção industrial anual – PIA, no eixo Sul-Sudeste concentra-se cerca de (78%) do valor da produção industrial brasileira, que em 2014, última aferição dos dados, era de R$ 2,5 bilhões correntes. O Sudeste com (57%), e, capitaneado pelo estado de São Paulo (35%), os estados de Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (9%) compõem o maior e mais competitivo parque industrial brasileiro, seguido da região Sul, com seus (21%), cujo estado do Paraná (8%) empatado no valor da produção industrial do Rio Grande do Sul (8%), seguidos de Santa Catarina (5%).

Já o Centro-Oeste base da expansão da produção e extração de *commodities* agrícolas e minerais compõem com menor expressividade o valor da produção industrial com seus (6%) de participação. O Norte nessa composição fica com (5%) e Nordeste, o mais industrializado do que as outras três regiões fora eixo Sul-Sudeste, detém a participação de 9% no valor bruto da produção industrial, com o protagonismo da Bahia (4,3%) na composição dos dados.

Como vimos até aqui, o dinamismo das regiões menos industrializadas do país está associado a produção e extração de *commodities* agrícolas e minerais (Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás). Na outra ponta dessa análise, os dados da indústria de transformação demonstram uma versão mais densa da recessão econômica do país.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

No cenário geoeconômico ideal, desconcentração industrial se materializaria na industrialização dos estados menos dinâmicos da economia nacional, compatibilizada com índices positivos em outros setores econômicos dos estados mais industrializados, associado a reforços de políticas públicas regionais e investimentos privados que pudessem operar nas desigualdades regionais fomentando uma industrialização com adensamento de cadeias produtivas, com elos na pesquisa & desenvolvimento.

Porém, os dados mostram um efeito da recessão completamente diferente, cujo destaque dos estados das regiões menos dinâmicas, confronta numa desindustrialização dos estados mais industrializados e, ousamos em dizer, do país como um todo, mesmo que no campo teórico-metodológico ainda não haja um consenso entre economistas e/ou geógrafos sobre o que seja a desindustrialização brasileira.

CONCLUSÃO

A maior economia do continente latino-americano foi do *boom* ao caos econômico em uma década e meia, como salienta a economista Laura Carvalho em seu livro *"Valsa Brasileira"* recentemente publicado (2018). É evidente que as medidas tomadas pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) passaram por momentos completamente distintos da macroeconomia e geoeconomia global.

Da quebra do Banco *Lehman Brothers* em 2008 ao ciclo menos super das *commodities*, entretanto, a agenda de austeridade implementada pelo governo federal, pós-*impeachment* de 2016, sinaliza ao um outro caminho que não recupera a capacidade produtiva do país e muito menos estanca a desindustrialização galopante que detém seu epicentro geoeconômico em no estado de São Paulo.

De modo geral, para caminhar para final da reflexão que fizemos aqui, a conjuntura turbulenta atual da indústria brasileira é reflexo de fatores internos e externos de ordem política e econômica que deixam um tanto nublado o horizonte de recuperação até o fim da década.

Do ponto de vista regional e geoeconômico, as atividades produtivas no interior, baseadas no agronegócio, continuaram apresentando dados positivos no período (2013-2016), em detrimento dos outros setores da economia, nas regiões mais industrializadas, que estavam mergulhados em índices negativos configurando uma desindustrialização que corrói os postos de trabalho nas regiões ainda industrializadas.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

Isso posto, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento que coloque em debate o Brasil dá o tom e a velocidade da queda da participação da indústria no PIB que é verificada a cada ano.

Isto é, enquanto não houver um projeto de desenvolvimento arrojado, que leve em conta os complexos geoeconômicos, que são continentes de vantagens comparativas e competitivas capazes ativar a economia novamente e darem sustentabilidade ao investimento público, o Brasil não sairá da crise tão cedo. O que estamos chamando de complexos geoeconômicos são as aquelas cadeias produtivas com alto poder de encadeamento de produção e intenso elo territorial e regional como o de petróleo e gás, de defesa, da saúde e do agronegócio.

Somente com esses termos postos à mesa no debate tanto para iniciativa privada quanto para gestão pública e sociedade civil organizada é que o país conseguirá sair do momento de intensa crise política, econômica e social. Levando em consideração a dura tarefa de reinserção internacional da indústria brasileira, num campo geoeconômico de extrema concorrência, cuja taxa de câmbio e taxa de juros, são por vezes entraves no desenvolvimento industrial.

Além disso, no plano doméstico, a indústria brasileira necessita de uma recuperação da geração de empregos e renda, pautada numa ampla diversificação produtiva, que imunize o país das turbulências econômicas do mercado internacional que as *commodities* estão submetidas. Esses são alguns condicionantes da recuperação do consumo sustentado, porém é preciso pensar uma agenda, um debate interno sério, mas sobretudo, geoeconômico e geopolítico.

REFERENCIAS

1. BACHA, E.; BOLLE, M. B., **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.** (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
2. BERNARDES, L. M. C. Regiões Geoeconômicas. In **IPE/SUDEC (ed.). Diagnóstico Socioeconômico do Ceará. One**, Fortaleza: IPE/SUDEC, 1964. P.109-114.
3. BLAS, J. (2012): Supercycle runs out of steam—for now. In: **Financial Times**. 3p.
4. BLACK, C. (2014): O superciclo dos preços das *commodities* desacelerou ou está diante do fim? In: **Carta de conjuntura**, ano 23, nº4, 2p. https://goo.gl/d9ZrnG
5. BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado. 1988.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

6. _____. (2017): **Ministério das Relações Exteriores**, http://www.itamaraty.gov.br/

7. [. Acessado em 09/02/2017].

8. BRESSER-PEREIRA, L. CO **Novo Desenvolvimentismo**. 2004a. new developmentalism compared with the old one and with conventional orthodoxy. (Article: Folha de S. Paulo) (Folha, 19.09.04)

9. _____. **O Brasil e o novo desenvolvimentismo (Interesse Nacional).** Interesse Nacional, v. 4, p. 76-85, 2011.

10. CARVALHO, L. **Valsa brasileira:** Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia. 2018

11. CORRÊA DA SILVA, A. **De quem é o pedaço? Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.

12. CORONEL, D. A. Impactos da política de desenvolvimento produtivo na economia brasileira. Tese **(Doutorado em Economia Aplicada)** Universidade Federal de Viçosa, 121p. 2010.

13. COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. In: **Antipode** Vol. 41 No.1, 2009.

14. DOBBS, R.; OPPENHEIM, J.; THOMPSON, F.; MARRELS, S.; NYQUIST S. SANGHVI, S. (September 2013): **Resource Revolution: Tracking global *commodity* markets.** MGI: Washington: DC.

15. DE TONI, Jackson. Novos arranjos institucionais na política industrial do governo LULA: A força das novas ideias e dos empreendedores políticos. Tese **(Doutorado em Ciência Política).** UnB – Universidade de Brasília: Brasília: 2013.390 f.

16. EGLER, C. A. G. As Américas: singularidades de um continente plural. In: M. P. Oliveira; M. C. N. Coelho; A. M. Corrêa (Eds.)**; O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas.** v. I, p.142 – 167. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a.

17. _____. O Rio de Janeiro e as Mudanças Globais: uma visão geoeconômica. In: Gusmão, Paulo P.; Carmo, Paula S.; Vianna, Sergio Besserman. (Org.). **Rio próximos 100 anos. O aquecimento global e a cidade.** 1ed.Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008b, v. 1, p. 43-54.

18. _____. As vias abertas para a América do Sul. In: A. M. M. Bicalho; P. C. D. C. Gomes (Eds.); **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. p.45– 70. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2009a.

19. _____. Crise e Integração regional na América do Sul. In: F. Mendonça; C. L. Lowen-Sahr; M. Silva (Eds.); **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.** p.661–673. Curitiba, PR: ADEMADAN, 2009b.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

20. _____. Apontamentos sobre Rede Urbana e Políticas Públicas no Brasil. In: W. Soares; R. Matos (Eds.); **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** p.91–114. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

21. FMI, **Fundo Monetário Internacional.** Balanço global 2012. [. Acessado em 09/02/2017.

22. FMI, **Global financial stability report a report by the monetary and capital markets department on market developments and issues**, FMI, 2015. 200p.

23. GEIGER, Pedro P. Organização Regional do Brasil. In: **Revista Geográfica**, v. 33 (61), 1964 p. 25-58.

24. HOBSBAWN, E. **Industry and empire.** London: Penguim Books, 1999.

25. IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2015. In: IBGE. **Sidra sistema IBGE** de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em/*Available from*: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>. Acesso em: jan. 2017/*Cited: jan. 2017.*

26. _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal**: Produção Física Brasil 2014-2016. 2017a

27. _____. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal:** Produção Física Brasil 2013-2016. 2017b

28. _____. **Anuário estatístico do Brasil 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 75, 2017c.

29. Instituto Aço Brasil, Departamento de Economia, 2016.

30. KRUGMAN, P. **Geography and Trade. Cambridge**, Mass.: The MIT Press, 1993. 142p.

31. _____. **Development, Geography and the Economic Theory.** Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1995, 117 p.

32. _____. OBSTFELD, M**. Economia internacional: teoria e política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2010.

33. LAZZARINI, S. C.; JANK, M. S.; INOUE, C. F. K. *Commodities* no Brasil: maldição ou benção In: Bacha, E.; Bolle, M. B., **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. (Org.)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

34. LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, p. 408-429, 2013.

35. MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Resource Revolution: Meeting the world's energy, materials, food, and water needs.** McKinsey Global Institute and the McKinsey Sustainability & Resource Productivity Practice, 2014, 224p.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

36. PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. In: **Carta Internacional** (USP), v. 8, p. 100-115, 2013.

37. REDIKER, D. Challenge Three: State capitalism 2.0. In: WEF, World Economic Forum, **Seven Geo-economics Challenges to globalization.** Coligny/Geneva Switzerland. 2015. 16p. Acesso em 15/05/2018. Disponível em: https://goo.gl/gQhSJq

38. RIBEIRO SILVA, C. H. Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI. Tese **(Doutorado em Geografia)** UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. 2016a 278p.

39. _____. Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das *commodities*. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5. 2016b [acessado em 09/02/2017]. Disponível em: https://goo.gl/CdDjtX

40. _____. Os desafios da era geoeconômica para américa latina. In: C**ontribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 05, p. 01-11, 2017a.

41. _____. Geoeconomics approaches about Mato Grosso do Sul/Brazil. In: RIBEIRO SILVA; C. H.; (Org.) **O despertar regional (vol.2):** diálogos sobre geografia (s) e desenvolvimento regional de mato grosso do sul. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017b. v. 2, p. 69-78.

42. SILVA, E. A RIBEIRO SILVA, C. H. Brasil em números – Indústria In:**(Brazil in figures - Industry). Brasil em números** (edição em inglês. Impresso). v.25, p.256 - 276, 2017.

43. SORKIN, A. R. **Too big to fail:** The inside Story of How Wall Street and Washington Fought to Save the Financial System - and Themselves. Penguin Books USA. 2009

44. SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

45. TAYLOR, Peter J **Political Geography. World-Economy**, Nation-State and Locality. London: Longmans. 1985.

46. WEF, World Economic Forum, **Seven Geo-economics Challenges to globalization. Coligny/Geneva Switzerland.** 2015. 16p. Acesso em 15/05/2018. Disponível em: https://goo.gl/gQhSJq .

Submissão: 11/2018
Aceite: 11/2018

Nota do Editor: a revisão final deste trabalho foi providenciada conforme a escolha e responsabilidade do autor.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X